 PREFEITURA BELO HORIZONTE	PARECER TÉCNICO 2309/25	DATA 17/09/2025	SMMA
		GERÊNCIA GELAI	
PARECER			
Nº DO PROCESSO 31.00499498/2022-98		COMPETÊNCIA Por Delegação	
RAZÃO SOCIAL / NOME FANTASIA Colortêxtil Participações Ltda.			
CNPJ 42.789.628/0001-68	ENDEREÇO Rua Barão de Monte Alto, nº 249-B, Bairro Cardoso		
RESPONSÁVEL LEGAL --		RESPONSÁVEL TÉCNICO --	
ATIVIDADE(S) PASSÍVEL(IS) DE LICENCIAMENTO 134050200 - Alvejamento, tingimento e torção em fios, tecidos, artefatos têxteis e peças do vestuário 133080000 - Fabricação de tecidos de malha		CÓDIGO AMBIENTAL CORRESPONDENTE DN 217/17 COPAM E/OU DN 102/20 COMAM C-08-09-1 - Acabamento de fios e/ou tecidos planos ou tubulares C-08-01-1 - Beneficiamento de fibras têxteis naturais e artificiais e/ou recuperação de resíduos têxteis	
MODALIDADE DO LICENCIAMENTO LAC		ETAPA DO LICENCIAMENTO LO	
PARÂMETRO DE ENQUADRAMENTO Capacidade Instalada = 25 t/dia Área útil = 1,3 ha	PORTE Grande	CLASSE PREDOMINANTE (CONFORME DN COPAM 217/17 / DN COMAM 102/20) 6	
REFERÊNCIA: Recurso de solicitação de exclusão da Condicionante 27			
DOCUMENTOS ANALISADOS: 31.00633315/2025-86			

1 INTRODUÇÃO

O presente parecer técnico tem por objetivo avaliar o recurso referente à **solicitação de exclusão da Condicionante 27** Licença de Operação (LO) nº 0305/23, referente à empresa Colortêxtil Participações Ltda., considerando a documentação protocolada sob ticket 31.00633315/2025-86, no dia 13/08/2025.

2 DISCUSSÃO


O empreendedor apresentou ofício solicitando a exclusão da condicionante 27 *“Implantar o projeto de drenagem pluvial aprovado e solicitar vistoria para fins de conformidade, juntamente com a ART de Execução devidamente assinada”*, contendo argumentação jurídica para justificar seu requerimento. Em suma, a empresa alega que:

- A referida condicionante não estabelece correlação direta com os impactos ambientais da atividade exercida pelo empreendimento.
- A atividade licenciada ocorre em edificação já existente (tenha ou não ela Baixa de Construção, vez que a legislação não a exige para fins de instalação de uma atividade econômica no estabelecimento (art. 109, parágrafo 2º do Decreto n. 17.272 de 04/02/2022: “Para concessão de ALF não se observará a propriedade dominial nem a regularidade da edificação”), deverá ser considerada a etapa de sua operação (funcionamento), em consonância com a regra de uso e ocupação do solo, uma vez que a fase de exigir o cumprimento de parâmetros mínimos de parcelamento e ocupação do solo urbano (onde a Taxa de Permeabilidade mínima se inclui) já foi ultrapassada.



Assinante(s):
WANDERSON MARINHO DE ABREU, e outros...

*Assinatura Digital conforme as disposições da Constituição Federal, Lei Federal de Arquivos 8.159/91 e Dec.Municipal 16.720/17.

 PREFEITURA BELO HORIZONTE	PARECER TÉCNICO 2309/25	DATA 17/09/2025	SMMA
		GERÊNCIA GELAI	
PARECER			

- De acordo com a DN COMAM 102/2020: as condicionantes deverão estar diretamente relacionadas ao impacto do empreendimento, não se admitindo a sua exigência para solução de problemas sem nexo territorial com a atividade ou empreendimento licenciado ou que não se refira aos impactos por ela produzidos;
- A exigência de “Implantar o projeto de drenagem pluvial aprovado e solicitar vistoria para fins de conformidade, juntamente com a ART de Execução devidamente assinada” relativa à Taxa de Permeabilidade não tem qualquer relação direta com relação aos impactos ambientais existentes em função da operação e do funcionamento da atividade licenciada.
- A taxa de permeabilidade mínima estabelecida no Plano Diretor consiste em uma medida de ocupação exigida em projetos de edificação, e não deve ser estabelecida para a operação da atividade no processo de licenciamento ambiental.

A documentação apresentada foi encaminhada à PGM para consulta jurídica, que respondeu com a seguinte argumentação, conforme os trechos destacados do Parecer emitido no dia 05/09/2025:

“A exigência de implantação de projeto de drenagem pluvial, no âmbito de um processo específico de licenciamento ambiental voltado à operação de uma atividade, somente se justifica caso constatado que referida obrigação constitui condição técnica necessária e diretamente relacionada aos impactos ambientais existentes em função da operação e do funcionamento da atividade licenciada, o que deve ser motivado expressamente pelo órgão licenciador como medida a maximizar os impactos positivos ou evitar, mitigar ou mesmo compensar os impactos ambientais negativos advindos do funcionamento do empreendimento.

Tal obrigação não constitui, como se aufere dos incisos I a XVIII do §1º do art. 158 do Plano Diretor, bem como do seu Anexo XII, parâmetro urbanístico mínimo a ser exigido em regra de toda e qualquer edificação no Município de Belo Horizonte.

Trata-se de obrigação de fazer distinta e mais ampla, que pode ou não estar relacionada à atividade de impacto desenvolvida numa determinada edificação, cuja operação demanda prévio licenciamento ambiental com a inerente análise de todos os impactos decorrentes do seu funcionamento, destinando o respectivo processo administrativo de licenciamento ambiental justamente à avaliação das condições atinentes à etapa de operação, incluindo as consequências diretamente advindas do exercício daquela atividade naquele local.


Por outro lado, se a implantação de um projeto de drenagem pluvial em nada se relaciona com a operação da atividade em si, dizendo respeito somente à edificação e não ao seu uso propriamente dito, sua exigência não se legitima enquanto contrapartida necessária à mitigação ou compensação dos impactos diretamente relacionados e causados pelo funcionamento da atividade, devidamente justificada e comprovada tecnicamente no processo.

Em outras palavras, toda e qualquer condicionante ambiental constante de uma Licença de Operação deve necessariamente estar acompanhada de fundamentação técnica por parte do órgão ambiental municipal licenciador, de forma a apontar a relação direta com os impactos ambientais da atividade ou empreendimento, identificados nos estudos requeridos no processo de licenciamento ambiental, considerando os meios físico, biótico e socioeconômico e de forma proporcional à magnitude de tais impactos.



Assinante(s):
WANDERSON MARINHO DE ABREU, e outros...

*Assinatura Digital conforme as disposições da Constituição Federal, Lei Federal de Arquivos 8.159/91 e Dec.Municipal 16.720/17.

 PREFEITURA BELO HORIZONTE	PARECER TÉCNICO 2309/25	DATA 17/09/2025	SMMA
		GERÊNCIA GELAI	
PARECER			

Caso contrário, não restando justificada a necessidade de implantação de projeto de drenagem pluvial, justamente por não manter correlação direta com os impactos causados pela atividade desenvolvida pelo particular, não maximizando os positivos nem mesmo evitando, mitigando ou compensando os negativos, há de ser a mesma revista e excluída pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente – COMAM, conforme atribuições legais vigentes (Lei Municipal no 4.253/85, Decreto Municipal no 5.893/88 e Deliberações Normativas em vigor).”

Em face do exposto, compete ao Conselho Municipal do Meio Ambiente – COMAM concluir, no caso concreto da Colortêxtil Participações Ltda., pela manutenção, revisão ou eventual exclusão da condicionante no 27, constante da Licença Ambiental de Operação no 0305/23 (Processo Administrativo no 31.00499498/2022-98), a partir da análise da necessária e obrigatória correlação direta da implantação do projeto de drenagem pluvial exigido com os impactos ambientais decorrentes do exercício (operação/funcionamento) da atividade licenciada (isto é, do uso da edificação).

O parecer jurídico emitido pela PGM deixa claro que deve haver correlação direta entre as **atividades do empreendimento (aspectos ambientais) e os possíveis impactos ambientais** associados à drenagem pluvial para o estabelecimento de condicionante que exija a apresentação do projeto descrito na Condicionante 27.

A Licença de Operação 0305/23 foi concedida com base nos Pareces Técnicos 0275/23 (1ª análise – pendências) e 2028/23 (2ª análise – favorável). Destacam-se os aspectos ambientais listados e avaliados no conteúdo dos pareceres:

- **Emissões atmosféricas:** provenientes das caldeiras, secadeiras, estufas e ramas, gerador a diesel.
- **Efluentes líquidos:** equipamentos de tingimento, *foulard* de amaciamento, caldeiras (purga) e lavagem de pisos, sendo todos os efluentes descartados na rede de esgotos, após pré-tratamento, conforme Precend.
- **Resíduos sólidos:** classe I e II
- **Emissões sonoras:** ruídos devido às atividades do empreendimento.
- **Tráfego de caminhões:** transporte de matérias primas, produtos e coleta resíduos.
- **Outros passivos:** estudos de investigação de passivos ambientais.

É notável que em nenhum momento os pareceres da SMMA mencionam a drenagem pluvial como aspecto ambiental relevante nas atividades do empreendimento, nem mesmo propõem a elaboração de um Projeto de Drenagem Pluvial, exigência esta que foi definida pela DGAU / SMOBI por meio de interface com este órgão.


Resta claro que o exercício das atividades do empreendimento “134050200 - Alvejamento, tingimento e torção em fios, tecidos, artefatos têxteis e peças do vestuário” e “133080000 - Fabricação de tecidos de malha” **não causa impactos diretos sobre a drenagem pluvial**, pois os respectivos aspectos ambientais estão associados à ocupação e não ao uso do solo. Por se tratar de ocupação antiga e já estabelecida, a exigência de Projeto de Drenagem Pluvial deveria ter ocorrido à época da implantação da edificação, tendo o poder público a responsabilidade de fiscalizar e cobrar os respectivos projetos referente às questões de drenagem, entre outros aspectos.

Ademais, a exigência de projeto de drenagem pluvial para empreendimento dessa tipologia (indústria) e porte pode ferir o princípio constitucional da isonomia, tendo em vista que existem na cidade diversos outros estabelecimentos, de porte similar, mas de outras tipologias de atividades, com contribuição de drenagem



Assinante(s):
WANDERSON MARINHO DE ABREU, e outros...

*Assinatura Digital conforme as disposições da Constituição Federal, Lei Federal de Arquivos 8.159/91 e Dec.Municipal 16.720/17.

 PREFEITURA BELO HORIZONTE	PARECER TÉCNICO 2309/25	DATA 17/09/2025	SMMA
		GERÊNCIA GELAI	
PARECER			

equiparável ou até maior, em que não são feitas as mesmas exigências referentes à aprovação de projetos sistemas de drenagem pluvial.

Por fim, os aspectos e impactos ambientais associados à taxa de permeabilidade e drenagem pluvial, bem como as medidas de mitigação, devem ser tratados no âmbito da bacia hidrográfica, através de um conjunto de políticas públicas e ações que visem soluções integradas para todo o território, considerando **todas as tipologias de ocupação**. A exigência de projetos de sistemas de drenagem pluvial em tipologias ou portes específicos de empreendimento não será capaz de solucionar os problemas de enchentes e inundações que ocorrem no município. **Todas essas questões estão relacionadas à ocupação do solo e não ao uso**, não devendo ser abordadas no âmbito do licenciamento ambiental de **atividades** industriais.

3 CONCLUSÃO

Tendo em vista o exposto e com base na documentação apresentada pelo empreendedor, no parecer da PGM e nos pareceres de análise do licenciamento ambiental emitidos pela SMMA, o presente parecer é **favorável à exclusão da condicionante 27** *“Implantar o projeto de drenagem pluvial aprovado e solicitar vistoria para fins de conformidade, juntamente com a ART de Execução devidamente assinada”*, porém submete a decisão final ao competente Conselho Municipal de Meio Ambiente – COMAM.

Belo Horizonte, 17 de setembro de 2025.

Rafael Bruno de Freitas Azevedo - BM 110012-0

Engenheiro Ambiental

Ciente,

Wanderson Marinho de Abreu - BM 816551

Gerente de Licenciamento de Atividades Industriais

Rúthelis Pignatti Júnior - BM. 79.668-2

Diretor de Licenciamento Ambiental



Assinante(s):
WANDERSON MARINHO DE ABREU, e outros...

*Assinatura Digital conforme as disposições da Constituição Federal, Lei Federal de Arquivos 8.159/91 e Dec.Municipal 16.720/17.

Portal da Assinatura - PBH

5 página(s) assinada(s) - Datas e horários baseados em Brasília, BR

Certificado de assinaturas gerado em quarta-feira, 17 de setembro de 2025 às 13:42

Documento assinado eletronicamente, de acordo com Decreto 17.710 de 13 de Setembro de 2021

Colortêxtil_Condicionante_27.pdf

Documento assinado digitalmente, por assinatura simples, em quarta-feira, 17 de setembro de 2025 às 13:42
Assinante: RAFAEL BRUNO DE FREITAS AZEVEDO Matrícula: PR110012
Hash da assinatura: 75C36566E5B76D96A77A565BC5F783812A129715 Para validar utilize o QR Code ao lado.



Assinante(s):
WANDERSON MARINHO DE ABREU, e outros...

*Assinatura Digital conforme as disposições da Constituição Federal, Lei Federal de Arquivos 8.159/91 e Dec.Municipal 16.720/17.